

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 24 de outubro de 2025 às 07h46
Seleção de Notícias

Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | BR-RJ

Direitos Autorais

Paula Toller ganha na Justiça o direito de usar músicas compostas com Leoni na turnê

'Amorosa'	3
------------------------	----------

ANCELMO GOIS | AUTOR

Fator Brasil - Online | BR

Propriedade Intelectual

IA em disputa: como o caso Rolling Stone x Google expõe ameaças ao jornalismo e economia da criação

criação	4
----------------------	----------

CANAL

Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

Ajuste de prazo das patentes e efeito vinculante da ADIn 5.529: O novo cenário para a indústria farmacêutica brasileira

farmacêutica brasileira	6
--------------------------------------	----------

IstoÉ Online | BR

Direitos Autorais

Scania recorre de decisão do STF que validou incidência ampla da Cide

Scania recorre de decisão do STF que validou incidência ampla da Cide	8
--	----------

ÚLTIMAS

Paula Toller ganha na Justiça o direito de usar músicas compostas com Leoni na turnê 'Amorosa'



O músico havia se recusado a liberar sete canções, entre elas "Como eu quero" e "Pintura íntima"

A cantora Paula Toller poderá usar as músicas que compôs em parceria com Leoni no show e no vídeo comemorativo de seus 40 anos de carreira. A decisão é 16ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Rio. Por unanimidade, o colegiado negou o recurso do músico e manteve a sentença que autorizou a utilização das obras.

Na ação, Paula contou que Leoni havia se recusado a liberar sete canções para o projeto "Amorosa - Turnê 40 anos", entre elas os sucessos "Como eu quero" e "Pintura íntima", ambas de coautoria entre os dois artistas. O compositor não apresentou justificativa técnica ou moral para o veto, o que, segundo a cantora, teria motivação pessoal - uma "vingança" após disputas judiciais anteriores.

O relator, desembargador Carlos Gustavo Direito, entendeu que o veto de Leoni foi imotivado e contrariava o princípio da razoabilidade previsto na Lei dos **Direitos** Autorais (Lei 9.610/98). Ele destacou que, quando há apenas dois coautores, a negativa injustificada de um deles configura abuso de direito,

por impedir o exercício artístico e a função social da obra.

"A interpretação literal do artigo 32 terminaria por legitimar o veto imotivado por um dos autores, o que não se coaduna com a finalidade da norma", afirmou o magistrado.

A decisão também ressaltou que Paula sempre apresentou as músicas em seus shows e discos ao longo da carreira, sem qualquer oposição anterior. Os desembargadores concluíram que não há prejuízo para Leoni, que continuará recebendo sua parte nos **direitos** autorais pelas execuções.

IA em disputa: como o caso Rolling Stone x Google expõe ameaças ao jornalismo e economia da criação

CANAL

Uma ação judicial movida pela Penske Media, responsável por títulos como Rolling Stone, Billboard e Variety, colocou novamente em evidência a tensão entre gigantes da tecnologia e a indústria de mídia. A editora acusa o Google de utilizar trechos de suas reportagens para alimentar resumos automáticos de inteligência artificial exibidos diretamente nos resultados de busca, sem autorização ou remuneração. O caso foi protocolado em um tribunal federal em Washington e pode se tornar um divisor de águas no debate sobre **propriedade** intelectual no ambiente digital.

A Penske afirma que perdeu mais de um terço do faturamento proveniente de buscas em 2025, já que os usuários muitas vezes consomem a informação no resumo do Google e deixam de acessar os sites originais. Este cenário alarmante levanta a questão: se até grandes veículos estão sendo drenados dessa forma, o que sobra para a imensa economia de criadores, que hoje vive de visibilidade, autoria e conexão direta com o público?

A disputa vai muito além de cliques ou receita publicitária e nos coloca frente a frente a um dilema de mercado: como manter vivo o incentivo de quem cria, investiga e apura, quando a IA avança sobre direitos de **propriedade** intelectual e transforma conteúdo em insumo gratuito para suas próprias plataformas? O Google argumenta que os resumos de IA ampliam o acesso à informação. Mas a pergunta é: como essas informações estão sendo extraídas e dispostas? Só porque uma Big Tech diz que "é avanço" vamos ignorar os marcos regulatórios conquistados até aqui, da proteção autoral às regras de concorrência leal?

Essa tensão não é apenas um embate jurídico. Ela desnuda um desequilíbrio estrutural que atinge diretamente publishers e criadores, os verdadeiros

alvos desse processo de apropriação. Embora estejam posicionadas na outra ponta da cadeira produtiva, as marcas também devem sentir as consequências, uma vez que se o conteúdo de qualidade e credibilidade desaparece, o ambiente onde campanhas prosperam também perde força.

Mas, diferentemente dos publishers, elas ainda têm alternativas: migram para criadores, buscam novos canais, reconfiguram suas estratégias. Já para quem produz jornalismo e conteúdo autoral, o buraco é muito mais embaixo.

No Brasil, o alerta já deixou de ser apenas uma possibilidade e virou disputa judicial. Não muito tempo atrás, a Folha de S.Paulo processou a OpenAI, acusando a empresa de coletar e utilizar seus conteúdos sem autorização, tanto para treinar modelos quanto para exibí-los diretamente a usuários, em uma prática que o jornal classifica como concorrência desleal e violação de direitos autorais.

Quando até veículos de referência recorrem à Justiça para tentar frear o avanço de gigantes globais da tecnologia, fica evidente que estamos diante de uma era de inflexão: o consumo de informações passa a ser mediado por plataformas que concentram poder, ditam a forma de acesso e ainda operam em um cenário de regulação nebulosa. O resultado é um desequilíbrio que ameaça não só o jornalismo, mas toda a economia criativa que depende de diversidade, autoria e legitimidade para prosperar.

Há ainda uma questão de confiança. Uma investigação da BBC aponta que resumos automatizados de IA podem apresentar erros factuais em até 50% dos casos. Em outras palavras: tentam reproduzir, de forma truncada, o trabalho de jornalistas e criadores, entregando fragmentos sem contexto e com alto risco de distorção. Esse é o tipo de ambiente

Continuação: IA em disputa: como o caso Rolling Stone x Google expõe ameaças ao jornalismo e economia da criação

tóxico para qualquer forma de comunicação séria, do jornalismo às campanhas de marcas que dependem de autoridade.

O processo da Penske contra o Google, portanto, não é apenas mais uma rixa isolada contra a big tech. É um sinal de que a inteligência artificial precisa coexistir com modelos de licenciamento e remuneração que façam justiça a quem cria. Caso contrário, estaremos aceitando que os avanços da tecnologia ocorram às custas do enfraquecimento de quem sustenta o fluxo de informação e dá legitimidade à cadeia de co-

municação como um todo.

A questão que fica é: vamos assistir passivamente à erosão das bases da economia da criação só porque algumas Big Techs decidiram chamar isso de "inovação"?

Por: Alexandre Salvatore, sócio-fundador e CEO da Myhood, startup especializada no licenciamento de vídeos virais e conteúdos gerados por usuários (user-generated content - UGC).

Ajuste de prazo das patentes e efeito vinculante da ADIn 5.529: O novo cenário para a indústria farmacêutica brasileira



Julgamento da ADIn 5.529 redefine prazo de patentes farmacêuticas, promovendo segurança jurídica, inovação e acesso a medicamentos no Brasil.

1. Introdução O debate sobre a duração e os limites dos direitos de patente ocupa um lugar delicado na intersecção entre inovação, concorrência e política pública de acesso a bens essenciais. No Brasil, esse debate ganhou novo cenário a partir do julgamento da ADIn 5.529 pelo STF, que declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 40 da LPI - Lei de Propriedade Industrial e modulou seus efeitos com especial incidência sobre o setor farmacêutico. Em um ambiente no qual previsibilidade regulatória e segurança jurídica são condições para a inovação e, simultaneamente, para a entrada tempestiva de concorrentes genéricos, compreender o efeito vinculante desse precedente e suas consequências sobre o termo das patentes farmacêuticas é essencial.

A lei 9.279/1996 estabelece que são patenteáveis as invenções que atendam cumulativamente aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. No âmbito administrativo, o **INPI** - Instituto Nacional da Propriedade Industrial define a patente como um título que confere ao seu titular o direito de impedir que terceiros, sem consentimento, produzam, usem, coloquem à venda, vendam ou importem o produto patentado, bem como utilizem processo patentado ou produto dele resultante, ad-

mitindo-se a outorga de licenças mediante remuneração ou não. A própria exigência de aplicação industrial denota que a patente, embora inserida no campo da propriedade intelectual, vincula sua existência a efeitos econômicos, especialmente em setores intensivos em P&D, como o farmacêutico. O histórico desse instituto revela uma preocupação antiga com a tutela da criatividade e com o combate à apropriação indevida.

Segundo Groff, o Estatuto Veneziano de 1474 é usualmente apontado como a primeira lei de patentes por vedar a reprodução de invenções sem anuência de seus criadores durante um período de dez anos, prevenindo sanções e a perda do objeto reproduzido. Antes disso, experiências esparsas já ocorriam na península Itálica, a exemplo da patente concedida em Florença a Filippo Brunelleschi, em 1421, relativa a um mecanismo para transportar mármore de Carrara destinado à catedral. Passados quase seis séculos, os limites, as finalidades e os instrumentos de atuação do sistema de patentes seguem em debate contínuo. Esse debate, também, passa por distinguir invenção e inovação. Como assinalam Ferreira, Guimarães e Contador, enquanto a invenção diz respeito à descoberta de novos produtos ou processos, a inovação corresponde à aplicação econômica bem-sucedida dessas criações, por meio do uso prático e eficaz de novas técnicas, desenvolvidas dentro ou fora da organização.

Em outras palavras, o sistema de patentes é pensado para incentivar que as descobertas deem um "passo adiante", convertendo-se em resultados economicamente úteis e socialmente difundidos. No Brasil, produtos farmacêuticos permaneceram excluídos da proteção patentária até 1996. Durante os anos da década de 80, esse regime esteve no centro de tensões comerciais com os Estados Unidos, que impuseram sanções ao país. À época, a associação das fabricantes norte-americanas (PMA) rotulou o Bra-

Continuação: Ajuste de prazo das patentes e efeito vinculante da ADIn 5.529: O novo cenário para a indústria farmacêutica brasileira

sil como "país pirata", em campanhas amplamente divulgadas na mídia internacional. O quadro se alterou com a adesão do Brasil, em 1995, ao TRIPS - Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, no âmbito da OMC, que fixou padrões mínimos de proteção para Direito Autoral, marcas, indicações geográficas, desenhos industriais, patentes, topografias de circuitos integrados e informações confidenciais, incorporando os principais dispositivos materiais das Convenções de Paris e de Berna (com exceção dos direitos morais).

Com a promulgação da lei 9.279/1996 e sua entrada em vigor em abril de 1997, encerrou-se no Brasil o período em que medicamentos e processos farmacêuticos ficavam fora do escopo da proteção patentária. O novo marco passou a admitir patentes para produtos e processos no setor farmacêutico e, ainda, para microrganismos transgênicos, desde que atendidos os requisitos cumulativos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial, mantendo a vedação ao patenteamento de formas superiores de vida. Em síntese: a LPI abriu a porta para organismos obtidos por intervenção humana em sua composição genética, mas preservou limites materiais ao excluir o todo ou parte de plantas e animais do rol de patenteáveis (lei 9.279/1996, arts. 8º, 9º e 18). Essa leitura, também, tem sido reafirmada pela jurisprudência, que reconhece a possibilidade de proteção a microrganismos transgênicos, sem estender tal proteção a seres vivos complexos.

No plano procedimental, o sistema brasileiro distingue PI - patente de invenção e MU - modelo de utilidade, este último voltado a aprimoramentos técnicos que resultem em melhoria funcional de uso ou fabricação. É justamente nesse conjunto de títulos, muitos relacionados a fármacos de interesse direto da população e do SUS, que incide a virada

jurisprudencial de 2021. No julgamento da ADIn 5.529, o STF declarou inconstitucional o parágrafo único do art. 40 da LPI, que previa uma extensão automática do prazo de vigência ("ao menos 10 anos" a partir da concessão para PI, e "ao menos 7 anos" para MU). Na modulação, o STF atribuiu efeitos ex nunc em geral, mas ex tunc (retroativos) para patentes de produtos e processos farmacêuticos e de equipamentos/material de uso em saúde, além de ressaltar ações judiciais propostas até 7/4/21. Poucos meses depois, o próprio dispositivo foi revogado pelo legislador (lei 14.195/21), encerrando a possibilidade de prorrogação automática no ordenamento.

O resultado prático é um novo horizonte de previsibilidade do termo (contagem a partir do depósito, em linha com o Acordo TRIPS) e um ajuste de incentivos para inovação e concorrência no setor. Os efeitos econômicos dessa mudança começam a aparecer no radar do mercado. Estudos e reportagens recentes apontam o vencimento de cerca de 1,5 mil patentes de medicamentos até 2030, com potencial onda de genéricos e redução de preços da ordem de até 35% (por cento) para tratamentos que cobrem mais de uma centena de doenças, incluindo câncer e diabetes, o que pode ampliar o acesso e aliviar custos públicos. Embora tais estimativas dependam de dinâmica regulatória e concorrencial, elas sinalizam uma janela de oportunidade para fabricantes locais e para políticas de acesso. Dessa forma, o que se pode esperar, à luz do efeito vinculante da ADIn 5.529, quanto à previsibilidade do termo das patentes farmacêuticas e à segurança jurídica para a inovação e a concorrência no Brasil?

para acessar a íntegra do artigo.

Scania recorre de decisão do STF que validou incidência ampla da Cide

ÚLTIMAS

A Scania recorreu no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão que validou a incidência ampla da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre o envio de remessas ao exterior. A empresa é parte na ação e saiu perdedora. O acórdão da decisão foi publicado no último dia 16, o que abriu prazo para as partes entrarem com embargos de declaração - tipo de recurso que busca sanar pontos específicos da decisão e não alterar o mérito.

Em agosto, o Supremo decidiu que a incidência da alíquota de 10% não se limita a contratos que envolvam uso de tecnologia estrangeira, como queriam os contribuintes. Os ministros entenderam que o tributo federal também incide sobre serviços técnicos, de assistência administrativa e royalties de qualquer natureza.

A contribuição foi criada com o objetivo de estimular o desenvolvimento tecnológico brasileiro por meio da oneração da tecnologia estrangeira. A arrecadação é destinada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Ao definir que as hipóteses de incidência do tributo não se limitam a contratos de tecnologia, os ministros entenderam que o que deve ser observado não é a fonte do tributo, mas o destino. Ou seja, os valores arrecadados devem ser investidos em tecnologia, mas esses valores não devem, necessariamente, ser oriundos da tributação de contratos de tecnologia.

No recurso, a Scania contestou esse entendimento e sustentou que o Supremo foi omissivo por não relacionar a contribuição ao seu campo de atuação. "Ao

ampliar a Cide-Royalties, para alcançar remessas sem transferência tecnológica, a (decisão) subverteu a teleologia constitucional das Cides e tensionou pilares estruturantes do sistema tributário, obscuridades que merecem ser sanadas", afirmam os advogados.

A empresa também questiona a falta de delimitação da tese de repercussão geral ao caso concreto, que trata sobre **transferência** de tecnologia. Os advogados sustentam que essa extrapolação interfere em direitos de contribuintes "que possuem discussões específicas, não puderam atuar no caso, cujas particularidades não foram consideradas", como os setores audiovisual e editorial.

"A extensão da Cide a **direitos** autorais cria um paradoxo regulatório: em vez de fomentar ciência e tecnologia, onera a difusão de cultura e conhecimento, em flagrante contradição com os objetivos constitucionais", argumentam.

Como mostrou a Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), a decisão afetou os resultados da Netflix no 3º trimestre. Segundo cálculos da empresa, o impacto da disputa tributária no Brasil foi de US\$ 619 milhões no terceiro trimestre, aproximadamente R\$ 3 bilhões.

O caso é um dos mais relevantes para a União do ponto de vista fiscal. A Receita Federal estimava um impacto de R\$ 19,6 bilhões para os cofres públicos caso fosse obrigada a devolver valores cobrados nos últimos cinco anos, e mais R\$ 4 bilhões ao ano em relação ao futuro.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 8

Propriedade Intelectual

4, 6

Marco regulatório | INPI

6

Propriedade Industrial

6